This bis na open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution Licence

DOI: 10.5216/rpp.v17i1.58586

EDUCAÇÃO

DOSSIÊ EDUCAÇÃO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A EMERGÊNCIA DE NOVAS EPISTEMOLOGIAS

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

RELACIONES ÉTNICAS RACIALES EN BRASIL

RACIAL ETHNIC RELATIONS IN BRAZIL

Anderson Rogerio Junque [1] ORCID http://orcid.org/0000-0003-0884-0824
Francisco Evangelista[2] ORCID http://orcid.org/0000-0002-6538-3220

RESUMO

O presente texto procura discutir as relações étnico-raciais pautadas no reconhecimento do outro e também de si mesmo, no sentido de olhar à própria origem e orgulhar-se dela, independentemente da localização geográfica ou da origem cultural. Reflete sobre a importância da identidade cultural e sua importância na construção histórica da cultura brasileira, onde o processo de partilha dos elementos culturais diversos e diferentes entre si, deu origem à um sujeito social diferente ao modo vivido pela visão eurocêntrica. Apresenta a pluralidade existente nos diferentes modos de ser e de estar no mundo como riqueza que precisa ser compartilhada e respeitada na realidade histórica atual no Brasil. O texto defende que a diferença cultural deve ser encarada como possibilidade de ver o mundo de outra maneira, com os olhos de outros, com outra visão da realidade, e não como movimento que separa aquilo que é diferente.

Palavras Chaves: Relações Étnicos-Raciais; Identidade Cultural; Cultura Negra.

[1] Centro U|niversitário Salesiano de São Paulo – anderson.junque@gmail.com
[2] Centro Universitário Salesiano de São Paulo – Francisco.evangelista@am.unisal.br

ABSTRACT

The present text attempts to discuss the ethnic-racial relations based on the recognition of the other individual and also of oneself, in order to look at one's own origin and to be proud of it, regardless of geographic location or cultural origin. It reflects on the importance of cultural identity and its importance in the historical construction of Brazilian culture, and on the process of sharing many cultural elements, different from one another, generating a social subject who has a different way of life from the Eurocentric vision. It presents the existing plurality in the different ways of being in the world as wealth that needs to be shared and respected in the current historical reality in Brazil. The text argues that cultural difference should be seen as a possibility of seeing the world from someone else`s point of view, with a different perspective of reality, not as a movement that isolate what is different.

Keywords: Ethnic-Racial Relations; Cultural identity; Black Culture.

RESUMEN

El presente texto busca discutir las relaciones étnico-raciales basadas en el reconocimiento del otro y también de uno mismo, en el sentido de mirar el propio origen y estar orgulloso de él, independientemente de su ubicación geográfica u origen cultural. Reflexiona sobre la importancia de la identidad cultural y su importancia en la construcción histórica de la cultura brasileña, donde el proceso de compartir elementos culturales diferentes y diferentes, dio lugar a un sujeto social diferente a la forma experimentada por la visión eurocéntrica. Presenta la pluralidad existente en las diferentes formas de ser y estar en el mundo como riqueza que necesita ser compartida y respetada en la realidad histórica actual en Brasil. El texto argumenta que la diferencia cultural debe verse como una posibilidad de ver el mundo de manera diferente, con los ojos de los demás, con otra visión de la realidad, y no como un movimiento que separa lo que es diferente.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales; Identidad cultural; Cultura negra

Data de submissão 16/05/2019
Data de aprovação 30/11/2019

Introdução

Pensar a educação para as relações étnico-raciais é pensar em uma educação que esteja preparada para a troca com o diferente. Nesse aspecto é imprescindível pensar que a diferença como um valor. Ela não pode, e não deve, ser um elemento que subjuga o outro, e que, portanto, encontra motivos para desvalorizá-lo. Sentenciar uma compreensão que segue nessa linha é admitir prejuízos profundos. O negro africano viveu exemplos de subjugamento que ecoa até os dias de hoje, com sérios prejuízos socioeconômicos. Nesse sentido, é urgente compreender que os acontecimentos do passado não permaneceram lá. Eles ainda estão presentes na nossa sociedade e por isso é necessário um debate profundo, um repensar crítico, que encontre no diálogo caminhos razoáveis rumo à uma sociedade mais justa, respeitosa, igualitária e plural.

Relações étnico-raciais: um diálogo possível

Ao colocar em questão as relações étnico-raciais, adentra-se num universo de possibilidades e desafios. Estabelecer um diálogo com o diferente nunca foi tarefa simples. A história nos mostra que o relacionamento entre povos, trouxe na maioria das vezes uma incompreensão que foi traduzida em riqueza acumulada de um lado e pobreza disseminada do outro. A formação do povo brasileiro é uma somatória de vários povos que, fruto de uma miscigenação, resultou na formação que hoje temos acesso.

Entre os fatos mais evidentes a ser colocado em questão refere-se, sem margem de dúvida, a vida do negro africano para o Brasil. Aqui, remete-se a uma atenção especial, visto as condições desumanas em que eles foram trazidos, o motivo pelo qual vieram (na condição de escravos) e os reflexos de toda essa condição desumana.

Aprofundando, Ribeiro (1995) nos lembra historicamente que o negro foi inserido num contexto de subalternidade, em condições desfavoráveis à ascensão social, distantes, portanto, do contexto de igualdade.

> Examinando a carreira do negro no Brasil se verifica que, introduzido como escravo, ele foi desde o primeiro momento chamado à execução das tarefas mais duras, como mão de obra fundamental de todos os setores produtivos. Tratado como besta de carga exaurida no trabalho, na qualidade de mero investimento destinado a produzir o máximo de lucros, enfrentava precaríssimas condições de sobrevivência. Ascendendo à condição de trabalhador livre, antes ou depois da abolição, o negro se via jungido a novas formas de exploração que, embora melhores que a escravidão, só lhe permitiam integrar-se na sociedade e no mundo cultural, que se tornaram seus, na condição de um subproletariado compelido ao exercício de seu antigo papel, que continuava sendo principalmente o de animal de serviço. (RIBEIRO, 1995, p.231 e 232)

A submissão trouxe reflexos catastróficos para algumas culturas, em especial às africanas, que desde sempre viveram, e ainda vivem de certo modo, num contexto de exploração e de subserviência. Um cenário que é fruto, indiscutível, de um contexto histórico.

Evidente que esses elementos desfavoráveis de desenvolvimento e ascensão social são refletidos com efetividade na ampliação da pobreza e de todos os seus reflexos sociais. Para Santos (2017) as questões que orbitam a atual situação do negro no Brasil não é uma questão nova, ela é oriunda de longa data. Fato, esse, que inclina ainda mais a possibilidade de eliminarmos de uma vez por todas, todos os elementos que contribuem para o racismo.

> Para tanto, é imprescindível relembrar os fatos históricos que deram início ao tratamento escravo a que os africanos forma sistematicamente submetidos por longos cinco séculos, o que os alijou, durante todo esse período, de qualquer pretensão ao *status* de cidadão, posto que eram tomados como escravos. (SANTOS, 2017, p.18)

Santos (2012) nos lembra que ao inserir o Brasil no contexto das relações étnico-raciais, encontrar-se-á um campo absolutamente fértil, visto sua pluralidade em relação às mais variadas etnias que se somaram na construção da história do país.

Pensar no Brasil enquanto etnia, é pensá-lo em múltiplas relações étnico-raciais. A princípio é preciso pensar nos povos indígenas, que aqui já estavam, antes mesmo do "descobrimento". Além deles, os portugueses que adentraram essas terras em 1.500. E nesse conjunto é preciso adicionar o povo africano, que chegou aqui, trazido à força com o objetivo de ser explorado, sendo utilizados como mão de obra escrava.

> A constituição das relações interculturais e raciais no Brasil decorre dos grandes fluxos migratórios ligados ao processo de colonização no século XVI, Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX, e as grades guerras, no século XX. (SANTOS, 2012, p.168).

O histórico de dominação, submissão e extermínio deu, e continua dando, o tom de muitas relações étnico-raciais. A história nos comprova o quanto essas relações foram prejudiciais a determinados povos, que, há séculos, são obrigados a se manter num contexto de subserviência e de exploração.

> Os processos de aculturação que nossa história apresenta, que são múltiplos, mostram complexidades nada pequenas. Afinal, algumas culturas distintas que entram em contato podem emergir de um tronco comum, como no caso das relações interculturais dos povos indígenas brasileiros, relações que já ocorriam, ao que se depreende, mesmo antes da era cabraliana. Em casos assim, as diferenças culturais não têm um caráter tão absoluto quanto a que marcou os contatos culturais entre portugueses e nativos nossos, ou entre indígenas brasileiros e negros das nações africanas. (MORAIS, 1989, p.21)

A ideia de aculturação é traduzida, em linhas gerais, na negação das origens do outro, da desvalorização de tudo o que o outro tem enquanto riqueza humana, de todas as experiências existenciais. A aculturação anula, por completo, a perspectiva de universo do outro, suas histórias, suas crenças e suas concepções de universo. É o não enxergar o mundo sob a perspectiva do outro, que é absolutamente válida. É, em suma, acreditar que a validação do mundo acontece a partir da própria visão. Ignorando, portanto, os elementos que o outro traz em sua história de vida e de sua cultura.

Aculturar o outro é retirar sua raiz, aquilo que o formou enquanto sujeito oriundo de um grupo. Pensar na aculturação é instrumentalizar a relação com o outro, negando completamente sua humanidade, ignorando suas riquezas individuais e coletivas.

Adentrar nesse assunto é assumir a coragem de enfrentar um desconforto social. Esse assunto é causa de estranhamento a muitos, pois, de certo modo, ainda há aqueles que acreditam na sua inexistência, e que, portanto, o julgam desnecessário. E que as situações que orbitam esses assuntos são colocadas em paralelo ao vitimismo.

Feitosa (2017) nos lembra que é importante pensar e agir em situações que combatem o racismo, que ainda hoje é tido como um assunto difícil de se abordar em decorrência de todos os prejuízos que ele causou e ainda tem causado e, se não trabalhado, ainda causará.

> Aprendi, desde o início de minha caminhada como pesquisadora, que estudar o racismo é um verdadeiro desafio, pois a resistência em abordar o tema se faz presente em todos os aspectos, ou seja, há dificuldades na busca de bibliografia, há dificuldade na aceitação dos

> entrevistados, há o desencorajamento daqueles que julgam o assunto desnecessário, há o descaso daqueles que acreditam que no Brasil não há racismo, há a recusa das instituições educacionais em se aprofundar no debate etc. Porém, mesmo sabendo das barreiras e dos tabus que se fariam presentes nessa trajetória resolvi manter o objeto de pesquisa e seguir em frente cutucando essa ferida sociocultural e histórica que muitos pretendem não tocar. (FEITOSA, 2017, p.151)

Além de desenvolver sérios estudos no sentido de pensar as relações étnicos-raciais, a partir do racismo e da aculturação, visto sua necessidade em busca de uma sociedade mais equilibrada social, e economicamente, torna-se necessário também realizar ações afirmativas que buscam valorizar outras culturas, de modo que elas se tornem conhecidas e valorizadas.

Tornar uma cultura mais conhecida é enriquecer uma sociedade que será beneficiada pela diversidade da riqueza. O conhecimento será multiplicado e novas janelas para o caminho do conhecimento serão abertas. Novas perspectivas, nas mais diversas áreas, serão apresentadas em razão da riqueza da troca de informação e experiências. Além de estimular a compreensão da pluralidade, em que a vida humana está inserida, ela é rica porque é diversa. O acesso às outras culturas é o acesso à ampliação do mundo. É ter acesso a novas formas de compreender a existência humana e de enfrentar os diferentes desafios.

Nesse sentido é incompreensível o tratamento depreciativo, por vezes monstruoso, ou até mesmo diabólico, que algumas culturas recebem outras culturas pelo simples fato de existirem. Quando adentramos ao campo da religiosidade, por exemplo, encontramos aqui uma forma declarada de resistência.

> Entre as muitas formas de resistência ao cativeiro, observadas desde o início do regime escravagista no Brasil, uma das mais notáveis é a que se deu através da religião. Enquanto o regime procurava desorganizar a identidade cultural e funcional sistema de sincretismo religioso. (TRINDADE, 2017, p.71)

Tradições e costumes de uma determinada cultura não nasceram da noite para o dia. Foi necessário todo um processo significativo que traz sentido e explica suas ações e crenças. Nessa linha Candau (2002) nos ajuda a esclarecer que a concepção cultural de um sujeito está diretamente relacionada a inúmeros outros fatores que precisam ser levados em consideração.

> No plano psicológico, a identidade, a identidade de um indivíduo está relacionada com a construção de uma subjetividade que, de acordo com diferentes teorias psicológicas, é um processo onde interagem elementos hereditários, de ordem social, assim como o contexto familiar e sociocultural. (CANDAU, 2002, p.30)

Cada cultura possui um capital simbólico que se traduz em muitas riquezas imateriais, com significativas contribuições, se existir o exercício do diálogo, que busca no outro a compreensão, ou a somatória, daquilo que falta em nós. Nesse sentido, não há explicação para um juízo de valor, que segue na depreciação do diferente. O questionamento de Meinerz (2017) ressuscita um problema absolutamente pertinente que que conduz à raiz do preconceito.

> A questão é qual ancestralidade tem mais valor no mundo atual? Ou por que os fenótipos negros e ameríndios possuem um capital simbólico tão negativo? Por que reagimos de forma diferente se estamos diante de um negro, de um indígena ou de um branco em cenas da nossa vida cotidiana? (MEINERZ, 2017, p. 63)

O capital simbólico de uma cultura passa, seguramente, pelo processo da construção. E nesse sentido, ela poderá seguir na linha da positividade, ou, ao contrário,

da negatividade. Os caminhos poderão seguir no rumo da valorização, ou da desvalorização. Ao compreender que as perspectivas se direcionam rumo à depreciação de uma determinada cultura, junto a ela existirá a ideia da dominação racial, que determinará uma etnia superior e outra inferior.

Essa ideia de hierarquização das culturas ganha o endosso da literatura, endereçada ao público infantil que, ao acessar o conteúdo, construirá uma opinião que, muito provavelmente, levará à vida, e num segundo momento compartilhará com sua posteridade, na educação de filhos e netos. Araújo (2018) nos alerta para o direcionamento da concepção de dominação racial que leva o público infantil e juvenil à crença da raça negra como coadjuvantes no cenário social

> Assim, a literatura endereçada ao público infantil e juvenil estaria marcadamente, desde seus primórdios, comprometida com a perpetuação de relações de dominação racial, tendo a população negra como coadjuvante da história desse gênero literário. (ARAÚJO, 2018, p.64)

A compreensão, por exemplo, da depreciação da comunidade negra não é oriunda de uma concepção nata, mas de uma construção, que é fruto de uma série elementos que aos poucos vão formando uma imagem depreciativa de uma cultura que possui muito a contribuir, mas que pela formação recebida, impede decisivamente o diálogo, e dessa forma também a possibilidade das experiências existenciais. Nesse sentido, toda a riqueza que é oriunda do continente africano é colocada em segundo plano, ou até mesmo ignorada, visto o modo como se concebe essa origem.

A questão da dominação racial é também um problema da cultura indígena, como nos lembra Meinerz (2017). Da mesma forma que a comunidade negra, também a comunidade indígena, é alvo dessa mesma concepção. Suas diferenças, suas culturas, são colocadas como algo desimportante, que não agregam valor. Essa situação é explicada pela hierarquização de uma cultura sobre outra.

A supervalorização da cultura eurocêntrica, em detrimento de outras, é traduzida num afunilamento de valores que não estimulam a diversidade e a pluralidade. Não compreender a pluralidade é também não dar lugar a valorização do outro.

Não valorizar o outro significa, em suma, não aprender com o outro. Aprender significa valorizar o que ensina. Não existe aprendizado se não existir, anteriormente, o reconhecimento de quem pretende compartilhar o que se sabe. Ignora-se algo porque não se atribui valor. E o contrário, segue também na mesma direção. Aprende-se algo porque admite-se valor no que se pretende conhecer. Mineirz (2017) nos traz essa questão relacionada aos povos indígenas, que sofreram com o desprezo de seus históricos de vida.

> No caso dos povos ameríndios, a situação é semelhante no que tange ao reconhecimento do direito específico à diferença, resultante igualmente das lutas e da união de grupos em organizações próprias. Historicamente, a pluralidade dos povos indígenas existente no Brasil vinha sendo tratada não na sua diferença, mas na intenção da sua integração à sociedade nacional, a partir dos critérios culturais eurocêntricos. (MEINERZ, 2017, p.62)

Ao somar a indiferença em relação à cultura indígena com a supervalorização da cultura eurocêntrica, o resultado na histórica do Brasil pode ser considerada catastrófica. Ribeiro (1995) traduz essa catástrofe em número, que dizimou milhões de nativos que já estavam no Brasil muito antes da chegada dos europeus. O desrespeito não é traduzido apenas na não consideração do outro. Ele vai muito além. Seus reflexos são traduzidos em sangue e morte, que perpassam o tempo e a histórica, e que ainda hoje ecoam na vida desses povos. E esse é seguramente o maior dos problemas. Ignorar o outro a ponto de

desrespeitar seu maior direito, o direito à vida, é o sinônimo da barbárie. O direito à vida é inegociável.

> Seguindo esse raciocínio, supomos que aqueles 5 milhões de indígenas de 1500 se teriam reduzido a 4 milhões um século depois, com a dizimação pelas epidemias das populações do litoral atlântico, que sofreram o primeiro impacto da civilização pela contaminação das tribos do interior com pestes trazidas pelo europeu e pela guerra. No segundo século, de 1600 a 1700, prossegue a de população provocada pelas epidemias e pelo desgaste no trabalho escravo, bem como o extermínio na guerra, reduzindo-se a população indígena de 4 para 2 milhões. (RIBEIRO, 1995, p.143)

Não apenas os povos indígenas foram vítimas da indiferença pelo branco europeu, como também a população negra, trazidas ao Brasil como escravos. "Os primeiros contingentes de negros foram introduzidos no Brasil nos últimos anos da primeira metade do século XVI, talvez em 1538." (RIBEIRO, 1995, p.161).

> A Coroa permitia a cada senhor de engenho importar até 120 "peças", mas nunca foi limitado seu direito de comprar negros trazidos aos mercados de escravos. Com base nessa legalidade, os concessionários reais do tráfico negreiro tiveram um dos negócios mais sólidos da colônia, que duraria três séculos, permitindo-lhes transladar milhões de africanos ao Brasil e, desse modo, absorver a maior parcela de rendimento das empresas açucareiras, auríferas, de algodão, de tabaco, de cacau e de café, que era o custo da mão mão-de-obra escrava. Se calcula em 160 milhões de libras-ouro o custo pago pela economia brasileira para a aquisição de escravos africanos nos trezentos anos de tráfico.
>
> O imenso negócio escravista raramente foi objeto de reservas. Ao contrário, se considerava meritório realizar as caçadas humanas, matando os que resistissem, como um modo de livrar o negro do seu atraso e até como um ato pio de aproximá-los do deus dos brancos. (RIBEIRO, 1995, p.161)

O combate ao racismo possui instrumentos legais que o ampara. Trata-se nesse caso da Lei 10.639/03 que trata sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que valoriza a cultura negra na formação da sociedade brasileira. É indiscutível que a promoção do conhecimento estimula a compreensão e a valoração do outro, a partir de suas raízes.

Conhecer a cultura do outro é possuir a possibilidade de acessar um novo mundo a partir do olhar da riqueza existencial. Trazer de um outro mundo informações e experiências é, antes de tudo, compreender, e valorizar, comportamentos e culturas.

Somar forças à Lei, a partir de ações formativas, e afirmativas, é ampliar ainda mais a esperança no sentido da compreensão da diversidade como uma riqueza infindável que pode ser vista sob uma ótica completamente diferente, e até antagônica, ao racismo, ou a qualquer pensamento ou atitude que o associe.

Conhecer o mundo do outro, com ações que levem rumo à compreensão e, mais, ao entendimento da valoração do diferente, é seguir rumo à uma cultura de paz, onde é possível compreender a diferença como um instrumento de riqueza existencial e não de um conceito que necessita ser ridicularizado, ou pior, eliminado.

> Além de estabelecer marcos legais, é preciso trabalhar as relações étnico-raciais nas escolas é treinar olhares atentos aos efeitos psicossociais do racismo, para eliminar não só o preconceito em sala de aula, mas também as barreiras e marcas historicamente produzidas pela sociedade, ainda vivas sob a forma de crenças e valores simbólicos

> desiguais que valorizam os brancos e inferiorizam negros e índios. (SULEIMAN, 2014, p. 370)

Uma relação étnico-racial saudável está pautada no reconhecimento do outro e também de si mesmo, no sentido de olhar à própria origem e orgulhar-se dela, independentemente da localização geográfica ou da origem cultural. É enxergar nesse processo sob uma perspectiva de orgulho, de compreender, e ter o desejo de compartilhar todos os elementos que irão compor o sujeito enquanto um ser social, que possui a prerrogativa de trocar com o outro, especialmente com o outro não pertencente ao seu estado de origem. Nesse sentido, é de fundamental importância compreender, e orgulhar-se da própria história enquanto cultura. É olhar às próprias raízes e entender que não há cultura "mais", ou "menos" importante. O que existe são culturas diferentes, com outras origens, tão validas como qualquer outra. Valorizar a própria cultura é preservar a própria identidade. Negar as próprias raízes significa perder a própria identidade e entrar num processo de dominação, onde a cultura do dominado passa a tomar o espaço que, originalmente, não lhe pertence.

> Assim como sou, para mim, a realidade mais radical, pois que não entram mediações na percepção mais elementar de mim mesmo – eu sou e estou em mim – e assim como os outros são para mim realidades radicadas em dados informativos e parâmetros, da mesma forma o que há de mais radical para uma cultura é a autopercepção de sua história vivida como a história da construção do aceitável, do certo, do bom. (MORAIS, 1989, p.21 e p.22)

Dessa forma, estimular o processo dialógico é de fundamental importância no sentido de valorizar as diferentes concepções existenciais. E dessa forma compreender que o valor inserido na experiência existencial é rico e está localizado em cada um dos mais extremos lugares desse planeta. Olhar para o outro de forma respeitosa, compreendendo que suas tradições são originárias de um comportamento coletivo, e oriundo de sua ancestralidade, é o posicionamento ideal para a humanização das relações. Nesse sentido, Brandão (2003) nos sugere que buscar conhecer o outro, na sua essência, é ferramenta indispensável na construção de uma educação que irá valorizar o diálogo e, a partir desse processo, trabalhar na relação de enriquecimento mútuo que busca valorizar o diferente.

> Uma pesquisa socioantropológica pode ser um instrumento de grande valia para uma educação não apenas de diálogo entre pessoas-que-constroem-o-saber-do-qual-aprendem, mas entre planos de relações, significados e saberes que são aprendidos (BRANDÃO, 2003, p.182)

Os exercícios reflexivos relacionados às relações étnico-raciais não devem ser pensados, e executados, com um projeto pontual que busca responder a um determinado calendário, tendo como sustentação o cumprimento da Lei. O processo reflexivo se constrói a partir de inúmeras atividades que, somadas, estabelecem uma interlocução que, paulatinamente, vão desenvolvendo novas perspectivas e novas concepções em relação ao outro, no sentido de compreendê-lo a partir de um processo construtivo. Esse exercício segue no vetor contrário ao discurso do senso comum, que não contribui com a ampliação da reflexão em relação às diferenças, mas que permiti macular o diferente, podendo direcionar, inclusive, em situações extremas, que buscam a eliminação do outro por não reconhecê-lo, e nem tampouco suas contribuições ao mundo.

Essa interlocução se dará a partir do processo dialógico e, portanto, voluntário. A predisposição ao diálogo necessita do quesito da vontade dos envolvidos. O ato de trocar necessita, inevitavelmente, do querer. Sem essa prerrogativa é impossível estabelecê-lo.

> É, portanto, como uma exigência legal que a diversidade étnico-racial se insere como uma prerrogativa da formação continuada. Porém é importante compreender que, para sua concretização, é necessário que

> a ação educativa do (a) coordenador pedagógico (a) vá além do legalismo, reconhecendo que tratar da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), em processos de formação continuada, relaciona-se diretamente com o sentido ético do seu papel de agente propulsor de práticas emancipatórias no ambiente escolar. Ou seja, sua ação implica reconhecer que os sujeitos da escola são diversos e que estão imersos em uma sociedade que costuma valorizar determinadas marcas de pertencimento. Portanto, é também tarefa sua como formado (a) discutir o papel do (a) professor (a) no processo educativo de forma que altere as relações mirando o bem comum, a igualdade. (CATANANTE, 2017, p.107).

A necessidade de inserir na formação continuada à reflexão sobre o racismo e as relações étnico-raciais busca despertar a consciência para um problema estrutural, que segue na intenção de inserir no corpo discente uma reflexão continuada de modo que ele transcenda a visão do senso comum que olha, porém não enxerga, as desigualdades presentes diuturnamente no convívio social.

As ações que seguem no sentido de despertar para as relações étnico-raciais devem despertar para os processos reflexivos, no sentido de analisar, e criticar, posicionamentos em relação ao que está constituído, despertando para uma visão que não pode aceitar a hierarquização social a partir das etnias. Nesse sentido, o que se espera é que a "naturalização" da ordenação dos indivíduos no contexto social seja vista como algo que necessita ser revisto e, portanto, alterado.

O objetivo das ações continuadas é alcançar reflexos sociais que almejam uma sociedade mais igualitária e com mais oportunidades. Dessa forma, a sociedade se colocará mais próxima aos seus objetivos de igualdade e justiça. Esse é o caminho mais equilibrado para o convívio social, o caminho mais próximo à paz entre os sujeitos, e o caminho para o exercício do convívio, especialmente entre o convívio entre os diferentes.

> Definitivamente, a política distributiva do país não se justifica pelo mérito individual, mas pela concessão de vantagens e privilégios a segmentos hegemônicos em detrimento dos demais. Por isso, discutir a avaliação do merecimento como único critério de ordenação dos indivíduos na sociedade brasileira contemporânea significa sustentar a omissão das desigualdades e suas ressonâncias violentas. Decerto, se reconhecermos que vivemos num sistema estruturado de forma racista e que se reproduz por meio de mecanismo de dominação e exploração ao contingente negro em contraponto ao privilégio naturalizado aos segmentos hegemônicos conseguiremos também compreender que sujeitos não negros se beneficiam cotidianamente do racismo, mesmo que não tenham intentos racistas. (MIRANDA, 2017, p.9)

Uma questão tão pertinente como a que trata das relações étnico-raciais precisa ser vista e trabalhada periodicamente, com processos fiscalizatórios e fiéis a uma agenda. Não enfrentar as raízes desse sério problema social é apenas olhar para ele, procrastinando sua resolução. Ações pontuais não resolvem o problema que necessita ser visto, reconhecido e trabalhado como uma questão estrutural. Fugir dessa ordem é não resolvê-lo. É deixar para que o outro tome a iniciativa e resolva a questão.

Vidas são, e serão, ceifadas e muitas outras colocadas em risco em razão da ausência de uma política educacional que enfrente a questão já na escola, lugar rico de convívio com as diferenças. Nesse espaço não se pode admitir o racismo como sendo algo natural, que acontece porque a sociedade o pratica. Nesse sentido, Gomes (2001) enfatiza a necessidade de inserir no contexto educação métodos que estimulem o diálogo e que sigam na compreensão do outro a partir de suas diferenças.

> Aos poucos, vem sendo formado um movimento, dentro da pesquisa educacional, no sentido de se reconhecer o esgotamento a que se chegaram as macroabordagens da relação escola/sociedade. Esse mesmo movimento enfatiza quanto a inclusão de novas temáticas, como, por exemplo, o diálogo entre Educação e Cultura, a diversidade étnico-cultural e as relações de gênero, possibilitarão o enriquecimento da produção teórica educacional. (GOMES, 2001, p.85)

É exatamente nesse espaço que a cultura da diversidade étnico-racial precisa ser valorizada, enquanto uma possibilidade de troca e, portanto, de enriquecimento. Na escola as relações étnico-raciais precisam ser trabalhadas como uma possibilidade de compreensão do diferente, partindo da ótica que o outro é uma possibilidade de enriquecimento existencial. Nesse sentido, o diálogo é ferramenta fundamental no processo de troca. Caso contrário, se perpetuará, ou se tornará cada vez mais sólida, a ideia errônea que há etnias superiores e outras inferiores. Não tratar a questão com seriedade e ações pertinentes é seguir rumo à barbárie social.

> Destacam, não poucos estudos, que, com frequência, a única medida tomada, pela escola, para auxiliar os alunos que sofrem racismo é a de incentivá-los a fingir que não perceberam a agressão. Cultiva-se, assim, uma cultura de silenciamento, que incentiva a continuidade de discriminação e naturaliza o racismo. Em mais um artigo, se faz referência a vocabulário hostil, utilizado para xingamentos, ofensas e humilhações de caráter racista, sexista, xenófobo, que desqualificam pessoas, grupos étnico-raciais, bem como a necessidade de destruí-lo. (SILVA, 2018, p. 134)

A necessidade de se trabalhar as relações étnico-raciais, no sentido de valorizar o diferente, entendendo que ele merece todo cuidado e respeito, também pode ser ampliado para outras relações que compreendem a necessidade de ações afirmativas que defendam, a qualquer tempo, ou circunstância, a cidadania. A complexidade dessas questões clama por ações conjuntas que envolvam pais, alunos e professores. Atribuir somente ao professor a obrigatoriedade de tratar questões relacionadas às relações étnico-raciais não será efetiva. É preciso que todos se envolvam na busca de uma cultura de paz.

> Ao falarmos em sujeitos sócio-culturais, diversidade étnica e cultural e escola, estamos dando visibilidade ao fato de que professores, professoras, alunos/alunas, pais/mães vivenciem diferentes processos sócio-culturais na sua relação com o mundo do trabalho, nas relações sociais e no ambiente escolar.
>
> Destacamos que os mesmos são homens e mulheres, adultos e crianças que pertencem a determinado grupo étnico-racial, compõem diferentes grupos sociais e levam, para os espaços sociais que frequentam, a sua visão de mundo, os seus valores morais, religiosos as suas tradições e seus preconceitos. (GOMES, 2001, p.86)

Uma sociedade não se compreende a partir do conceito de unidade, mas de pluralidade. As minorias existem, e necessitam ser respeitas, desde sempre. Toda ação discriminatória necessita ser combatida e exemplarmente punida. O direito à cidadania é um valor inegociável, que compreende todo, e qualquer cidadão, pertencente ele a um grupo minoritário, ou não.

> No contexto das desigualdades sociorraciais, de gênero e econômicas, sabemos que determinados sujeitos sempre estiveram não somente fora do direito à cidadania. A exclusão e a discriminação sobre eles impostas historicamente pelas relações de poder os retiravam, também, do imaginário cidadão. Eles são os negros, as mulheres, os quilombolas, os indígenas, as pessoas do campo, as pessoas com deficiência, a população LGBT. Foram, no entanto, os próprios sujeitos excluídos da perspectiva dos conservadores e do campo da direita, bem como de vários debates progressistas sobre cidadania, que primavam apenas pelo olhar da classe social e se impuseram à sociedade, ao Estado e à ciência, que se fizeram ser reconhecidos como cidadãos de direitos. Porém, não de um

> direito abstrato, mas de um direito que reconheça na sua diferença. (GOMES, 2018, p.930)

O processo de formação é compreendido, em parte, pelo referencial teórico. Aprofundar o tema das relações étnico-raciais é de fundamental importância na edificação das relações humanas. Pensar no outro como alguém que importa, e que possui efetiva contribuição nas relações sociais com suas diferenças, é fator decisivo na humanização dos vínculos. E ela se estabelece a partir de um processo que compreende o reconhecimento do outro nas suas diferenças. Pensar na formação desse processo, baseado no referencial teórico, é no mínimo razoável compreender uma literatura que coloque como objeto de reflexão, valores que compreendam a cultura das etnias, todas, como válidas e valorosas, no sentido de fortalecer a história humana, como um processo rico, refletido na história dos povos. Nesse sentido, Candau (2002) lembra sobre a importância de refletir sobre a diversidade cultural.

> A problemática das relações entre diversidade cultural e cotidiano escolar constitui, portanto, um tema de especial relevância para a construção de uma escola verdadeiramente democrática. (CANDAU, 2002, p.107)

Assim, valorizar uma etnia em detrimento de outra, endossado pelo material didático, é reforçar o pensamento desigual que valoriza uma cultura e desvaloriza outra. As editoras, e por vezes seus editores, necessitam compreender que o processo de humanização das relações passa, inevitavelmente, pelos referenciais teóricos que chegarão às mãos dos alunos. E que a partir deles, os muitos exercícios reflexivos trabalharão na formação da consciência.

Desse modo, é de fundamental importância compreender onde estarão localizados os personagens, de forma que se venha a romper com o senso comum que insere a cultura africana e a indígena em posições consideradas inferiores, estabelecendo assim uma hierarquização das etnias, fazendo com que não exista um cultivo diferenciado da visão social. Nesse sentido, não basta somente utilizar livros didáticos, é preciso colocar em discussão sua linha editorial, de modo que ela promova uma discussão equilibrada entre as mais diferentes. Utilizar os livros didáticos para reforçar a cultura do preconceito é perder tempo, dinheiro, energia e não resolver problemas tão emergentes da nossa sociedade.

> Pois, o que as pesquisas acerca das temáticas abarcadas pela legislação em destaque apontam é que, desde o ano de 2003, os livros didáticos têm aumentado o espaço destinado à História da África, à Cultura Afro-brasileira e à História dos Povos Indígenas. Isto não tem significado, no entanto, uma alteração nas perspectivas acerca da História do Brasil presentes naquelas obras. Os africanos, os negros e indígenas permanecem como personagens subalternos coadjuvantes e a África e a América antes da conquista são percebidos como espaço sem histórias. Continua soberana a perspectiva eurocêntrica, segundo a qual a História confunde-se com a trajetória europeia, a qual intervém e significa a trajetória brasileira. (COELHO, 2018, p.04)

Pensar e defender uma cultura, é pensar e defender um dos bens mais significativos de um grupo social. Sem ela não existe identidade de uma nação. A pluralidade é o bem mais valioso da humanidade, assim como a biodiversidade que, se não preservada, coloca em risco a vida na Terra. Não valorizar, e não defender uma cultura, é colocar em xeque o que há de mais valioso numa sociedade que são suas tradições e sua cultura.

A cultura negra é rica e traz seus reflexos em todo o mundo. Subjugá-la é não compreender suas contribuições, especialmente no Brasil onde existe significativa contribuição nas mais diversas áreas sociais, especialmente nas artes.

> A diversidade cultural tem valor em si e, portanto, é preciso defendê-la com a mesma força com o qual é preciso defender a biodiversidade. Se a miscigenação e o sincretismo são, por definição, fatores de enfraquecimento da cultura e da comunidade negra, o multiculturalismo – a coexistência de culturas diferentes uma ao lado da outra sob a égide sociedade politicamente plural – é a melhor arma na sua defesa. Aqui, a ideia subjacente é que a força de uma cultura é determinada a partir das barreiras que consegue erguer frente a outras culturas. (SANSONE, 1998, p. 232)

Tratar as relações étnicos-raciais a partir de uma régua que hierarquize sujeitos com fenótipos branco europeu, em detrimento aqueles que são afrodescendentes, é, primeiramente, negligenciar suas riquezas culturais da cultura negra, e nesse sentido endossar uma diferença histórica, que já coloca os afrodescendentes em uma grande desvantagem, não somente social, mas uma desvantagem concepcional, onde há uma dificuldade em reconhecer o cargo ocupado por um negro. Não conferindo ao negro a capacidade de operacionalizar o trabalho, tendo ele a mesma a mesma formação acadêmica e tendo cumprido todas as exigências que o cargo demanda. Nesse sentido cria-se uma concepção, que compreende como natural o mando ao branco e o servilismo ao negro.

> Em outras palavras, as garantias de direitos sociais é privilégio dos sujeitos com fenótipos característicos do branco europeu. Nessa trama social, em que se baseia o modelo das relações raciais no Brasil, cabe ao sujeito negro as funções subalternas que se aproximam do servilismo. Quando um sujeito negro se exerce socialmente no campo jurídico, da medicina, acadêmico, executivo, dos meios de comunicação, seja como jornalista ou até mesmo como fotógrafo, etc., não é reconhecido como tal e, consequentemente, não é tratado como profissional que lhe confere o cargo. (BISPO, 2016, p.10)

O olhar de normalidade, frente à uma situação que dá privilégios ao fenótipo do branco europeu e coloca como servil o afrodescendente, traz prejuízos incontáveis aos negros. E não apenas no sentido de não lhes oferecer oportunidades que para uma ascensão social, através da formação e também de trabalho, mas no sentido de perpetuar uma situação que não pode, e não deve ser perpetuada.

Há um outro grande incômodo, que nos leva a observar que a gravidade de subalternidade é ainda mais grave que esse sentimento de normalidade que encontramos nas ruas, que estabelece um posicionamento de servidão do negro. Levar essa reflexão para o campo das artes, onde compreende-se ser o local de ampliação das consciências, fazendo com que seus envolvidos tenham uma sensibilidade com o diferente, compreendendo estar nele uma possibilidade de troca e, portanto, de riqueza existencial. A arte, portanto, ainda encontra na sociedade suas barreiras. Ela ainda não consegue ver com bons olhos manifestações artísticas, como algo positivo, oriundo somente da comunidade negra. Em pleno século XXI ainda há a necessidade do endosso do branco em qualquer iniciativa e ação do negro.

> Porque será que, ainda hoje, não causa espanto para a sociedade brasileira quando elenco de brancos e brancas ocupam quase a totalidade não só dos teatros como das peças brasileiras? Já quando o elenco de negros e negras, a "preocupação", com o isolamento de raça/etnia vem à tona. (CONCEIÇÃO, 2017, p.36)

Um elemento que agrava, e muito, a subalternidade do negro está presente nos grandes veículos de comunicação. Suas ideias e ideais estão em conformidade com o fenótipo do branco europeu, que, em caráter evidente leva ao seu expectador a ideia da hierarquia étnica entre brancos e negros. Esse processo é configurado através de muitos elementos que estão distantes do grande público, por desconhecimento.

Nesse caso, estamos falando de vários elementos que compõe, por exemplo, uma telenovela, como o roteiro, a escala dos personagens (quem interpretará o quê), o figurino, a maquiagem, entre tantos outros que são peças fundamentais na execução de um projeto cenográfico.

Um outro elemento que reforça o peso desse discurso refere-se ao trabalho realizado junto à opinião pública, matéria-prima dos veículos de comunicação o desenvolvimento do seu trabalho, como também para o lançamento dos seus projetos editoriais e de entretenimento.

> Esse discurso do estereótipo colonial é oferecido às massas como modelo de representação social, que ultrapassa a barreira da classe e envolve os diferentes setores da sociedade pela sua legitimidade e permanência. Com o monopólio privado dos meios de comunicação de massa, a sociedade foi formada refém desse discurso, e por essa posição privilegiada a mídia dela se serve para justificar-se quando questionada do uso corrente do estereótipo racista como nas telenovelas, dizendo: "Não somos racistas"! (D´ALMEIDA, 2013, p.3)

Há nesse processo um paradoxo entre discurso e comportamento, que endossa a prática racista. Subjugar o negro, com o endosso da grande mídia, facilita o exercício do racismo. Afirmar-se de alma e sangue negro, é uma forma de tornar o discurso afetivo, e, portanto, próximo de uma realidade completamente contrária que se faz presente no dia a dia. Concordar com posicionamento social do negro, porque "a novela retrata a realidade", é assumir um racismo velado que não compreende a gravidade do problema e que também não possui interesse por mudança no quadro social. É compreender a realidade dentro da normalidade, que tanto dificulta a mudança social, porque já inseriu elementos que justificam o quadro social.

> Durante a empreitada colonial, arbitrou-se à população negra gama infindável de estereótipos, bem como discursos na tentativa de justificar espaços de invisibilidade, exclusão e servidão, a ele destinados. Paradoxalmente, a mesma população atribui-se o reconhecimento de depositária da singularidade da identidade nacional em construção: o brasileiro – cidadão fenotipicamente branco cuja distinção em relação às nacionalidades estrangeiras, especialmente europeias, residiria na excepcionalidade de alma e sangue negros. (ARAÚJO, 2018, p.24)

Conclusão:

Discutir questões que são entendidas como algo justo aos negros, efetivamente, não é tarefa simples. Há uma série de elementos que necessitam ser resgatados, com o objetivo de compreender o contexto social da comunidade negra no Brasil.

A prática imediatista da atualidade, por vezes, tenta ignorar sérias questões, que trouxeram prejuízos à comunidade afrodescendente. O direito à cidadania necessita de profundos entendimentos contextuais, e principalmente históricos, que durante longos anos colocaram o negro em uma situação absolutamente desfavorável, não permitindo que eles exercessem sua cidadania – não usufruindo, portanto, dos seus direitos e nem, tampouco, exercendo seus deveres. Em outras palavras, faz-se necessário colocar na balança social os séculos em que os negros estavam fora do jogo social.

Não se pode admitir que as regras sociais não levem em consideração todos esses contextos. Para (SANTOS, 2017, p.18) ao tratar da questão racial, é pertinente, para bem entendê-la, verificar como a lei tratou e trata o cidadão negro no Brasil. Fechar os olhos, ou mesmo fingir uma situação, não é uma solução cabível diante de um contexto tão latente quanto as relações étnica-raciais e as questões legais. Essa é uma constante

necessidade, de ampla vigia, no sentido de não apenas compreender questões altamente complexas, mas de seguir na direção daquilo que se entende como democracia racial.

> Todavia não é tarefa fácil resgatar as questões legais que envolvem a cidadania da comunidade negra no Brasil. Para tanto, é imprescindível relembrar os fatos históricos que deram início ao tratamento escravo a que os africanos foram sistematicamente submetidos, por longos cinco séculos, o que alijou, durante esse período, de qualquer pretensão ao status de cidadão, posto que eram tomados como escravos. Ou seja: eram eles pouco mais – ou pouco menos – que animais pensantes, seres alienados sociopoliticamente e tomados como mera força bruta a ser usada, explorada e desgastada na construção do nosso país. (SANTOS, 2017, p.18)

Mesmo sob o amparo da Lei que prevê a criminalização do racismo no Brasil (Lei de nº 7.716), ainda no Brasil encontra-se dificuldade de aplicá-la. Essa é uma questão muito desafiadora, visto a necessidade de uma ação absolutamente afirmativa para que se estabeleça, através da força da Lei, o respeito ao negro.

Sugere-se que essa dificuldade encontre sustentação na cultura, inserida socialmente no Brasil, que sustentam a ideia que existem leis que "pegam" e outras "que não pegam". Importante que se diga sempre que Lei não se discute, Lei se cumpre. Sempre foi assim e sempre será. Lei é Lei.

Essa conotação de impunidade é transportada à sociedade, com um sentimento coletivo que a legislação "existe, mas que não é efetiva". Essa leitura levanta uma possibilidade muito perigosa que, de uma certa forma, dá sustentação à prática do racismo e seus reflexos.

Tão importante quanto sua prática são os ecos que o racismo prova na sociedade brasileira. Todo cuidado é sempre bem-vindo, quando em pauta está o racismo. Questões de ordem afirmativas necessitam, sempre, ser rememoradas como um instrumento de defesa da pluralidade e da boa convivência entre as mais diversas etnias.

> No Brasil, ao que parece, ainda pouco foi sistematizado no campo do direito. O caráter preliminar e inicial desse tipo de debate e preocupação pode ser atestado pelas dificuldades que advogados, militantes e estudiosos das relações interéticas têm enfrentado para criminalizar o racismo no país, através dos canais legais existentes. (VALENTE, 2007, p.252)

O grande problema associado ao preconceito no Brasil é sua invisibilidade. Qualquer pessoa ao ser questionada, jamais admitirá ser, ou admitir o preconceito. O que se observa pelo outro lado do discurso não é algo que o endosse.

Não há a necessidade de ser um grande especialista para notar que a sociedade reforça valores e práticas eurocêntricas. Ao se observar, por exemplo, as reproduções publicitárias na mídia, ou mesmo seus editoriais. A grande maioria absoluta dos personagens que lá figuram são brancos, e por vezes de olhos claros. Marques (2017) aponta essa questão, já na década de 20, quando estava em circulação um dos primeiros jornais na cidade de Campinas, o Getulino.

> Como o espaço para a presença do negro era extremamente reduzido na imprensa branca hegemônica da época, o Getulino nasceu da necessidade dessa etnia ver-se representada em um órgão de imprensa. Organizar a comunidade negra, denunciar o racismo, estabelecer elos de comunicação com as organizações negras e intelectuais, lutar pela cidadania e, principalmente Getulino, educar os negros para que se integrassem e ascendessem à sociedade branca foram seus principais objetivos. (MARQUES, 2017, p.77 e p.78)

No campo do trabalho a situação do preconceito é ainda mais evidente. As melhores oportunidades são ocupadas em sua grande maioria por brancos. E nesse caso há um problema de ordem estrutural relacionado ao acesso dos negros às universidades.

Nesse sentido é necessário manter as políticas afirmativas, no sentido de tornar minimante justo o acesso às oportunidades.

Há ainda muito o que se pensar, planejar e fazer. As questões do passado ainda não foram resolvidas, mesmo diante de diversas ações afirmativas. O desafio no presente, e que se leva para o futuro, é compreender que as diferenças existentes entre os seres humanos, nas suas mais diversas etnias e deverão ser instrumentos que possibilitem a troca nas relações, e isso significa olhar para o outro com a capacidade de encontrar nele uma real possibilidade de crescimento humano, de um sujeito que pode agregar, evoluir e se desenvolver.

Para isso, portanto, é preciso primeiro compreender que as diferenças étnicas existem muito antes da infértil e infeliz ideia que atribuiu uma classificação das etnias. Para alcançarmos um nível de humanização das relações, que nesse momento se torna ainda mais urgente, de forma que exista uma compreensão histórica dos fatos e, assim, os resgastes necessários comecem a ser implementados no sentido de seguir rumo a uma única direção – a que leve à humanização das relações, compreendendo que as diferenças entre os sujeitos constituem uma mesma humanidade.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Débora Cristina de. As relações étnico-raciais na Literatura Infantil e Juvenil. Educar em Revista. Curitiba, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos. A experiência da pesquisa no trabalho do educador. São Paulo. Cortez Editora, 2003.

BISPO, Vilma Neres. Trajetórias e olhares não convexos das (foto)escre(vivências): condições de atuação e de (auto)representação de fotógrafas negras e de fotógrafos negros contemporâneos. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Santos, 2016.

CANDAU, Vera Maria (org.). Sociedade educação e culturas: questões e propostas. Cidadania e pluralidade cultural: questões emergentes. Petropólis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

CATANANTE, Bartolina Ramalho; DIAS, Lucimar Rosa. A coordenação pedagógica, a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio. Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial, n.1, junho de 2017.

COELHO, Mauro Cesar; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. As licenciaturas de história e a Lei 10.639/03 – Percursos de Formação para o trato com a diferença? EDUR. Educação em Revista, 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698192224.

CONCEIÇÃO, Alessandro da Silva. Cor dos oprimidos: o teatro do oprimido como resistência, ação e reflexão frente ao racismo. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2017.

D´ALMEIDA, José Ricardo. O estereótipo do negro na telenovela Avenida Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em relações Etnicorraciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Sucow da Fonseca. CEFET/RJ. Rio de Janeiro, 2013.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. A discriminação racial na trajetória escolar. Africanidades, Afrodescendência e Educação: Fundamentos, Experiências e Lições para o porvir. (Org.) Francisco Evangelista, Lucinea Chrispim Pinho Micaela, Rubia Cristina Cruz. 1ª e, Curitiba, 2017.

GOMES, Nilma Lino, DYRELL, Juarez (Org). Múltiplos Olhares sobre educação e cultura. Editora UFMG Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível, 2001.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Resistência Democrática: a questão racial e a constituição federal de 1988. Educ. Soc. Campinas, v.39, nº145, p.928-945, out-dez, 2018.

MARQUES. José Geraldo. O jornal negro getulino. Africanidades, Afrodescendência e Educação: Fundamentos, Experiências e Lições para o porvir. (Org.) Fracisco Evangelista, Lucineia Chrispim Pinho Micaela, Rubia Cristina Cruz. 1ªe., Curitiba, 2017.

MEINERZ, Carla Beatriz. Educação & Realidade, Porto Alegre, v.42, n.1, p.59-77, jan./mar. 2017.

MIRANDA, Sheila Ferreira. Política de identidade no contexto da discussão racial: a academia negra no Brasil. Psicologia e Sociedade. Universidade Federal de São João Del Rey. Vol.29. Elocation e171201, dez, 2017.

MORAIS, Regis. Cultura Brasileira e Educação. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1989.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hidilberto Vieira. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro sobre as Relações Etnico-Raciais. Psicologia: Ciência e Profissão, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro.A formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1995.

SANSONE, Livio. Negritudes e racismo globais? Uma tentativa de relativizar alguns dos novos paradigmas "universais" nos estudos da etnicidade a partir da realidade brasileira. Universidade Cândido Mendes. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 4, n.8, p.227-237, jun. 1998.

SANTOS, Ademir Barros do; Martins, Marcos Francisco. Negro legal: apontamentos sócio-históricos sobre aspectos legais da cidadania da comunidade negra. Africanidades, Afrodescendência e Educação: Fundamentos, Experiências e Lições para o porvir. (Org.) Francisco Evangelista, Lucineia Chrispim Pinho Micaela, Rubia Cristina Cruz. 1ª e., Curitiba, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. Educar em Revista. Curitiba, Brasil, v.34, n.69, p. 123-150, maio/junho, 2018.

SULEIMAN, Bianca Barbosa. Psicologia e Ensino das Relações Étnico-Raciais: uma experiência na formação de professores. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 18, número 2, Maio/Agosto de 2014.

TRINDADE, Diamantino Fernandes. A religião como forma de resistência dos escravos no Brasil. Africanidades, Afrodescendência e Educação: Fundamentos, Experiências e Lições para o porvir. (Org.) Fracisco Evangelista, Lucinea Chrispim Pinho Micaela, Rubia Cristina Cruz. 1ª e. Curitiba, 2017.

VALENTE, Ana Lúcia. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. Educação como exercício de diversidade. (Org.) Osmar Fávaro, Timothy Denis Ireland. UNESCO, Brasília, 2007.